DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Abaíra - BA

Segunda-feira, 15 de Julho de 2019 - Edição nº 182

SUMÁRIO

- Resultado da prova objetiva de caráter eliminatório do processo de escolha unificado para membros do conselho tutelar do Município de Abaíra/BA para o quadriênio 2020/2023.

- Gabarito da Prova Objetiva e Justificativas.

Esta edição está assindada digitalmente com certificação digita emitida pela Certsign nos termos do Decreto 2.200/01 que instituiu a estrutura de chaves públicas (ICP-Brasil) e encontra-se disponível no site www.abaira.ba.gov.br no link "Diário Oficial" podendo ser validada neste mesmo endereço eletrônico com a utilização do nº de autenticação que consta no rodapé de cada uma das páginas.

Nº de autenticação: 51093C63A6-38FA40FCC7-0C93ED84D9-71D3A56A63

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Abaíra
CNPJ: 13.670.021/0001-66 - Pça João Hipolito Rodrigues
CEP: 46.690-000 Centro Abaíra BA

CMDCA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Resultado da prova objetiva de caráter eliminatório do processo de escolha unificado para membros do conselho tutelar do Município de Abaíra/BA para o quadriênio 2020/2023.

MARCIA NOVAIS RIBEIRO:

100% de aproveitamento

Certas: 20

Erradas: 0

Anuladas: 0

Resultado: HABILITADA

FABIANA SANTOS PRADO SILVA:

95% de aproveitamento

Certas: 19

Erradas: 1

Anuladas: 0

Resultado: HABILITADA

IVONE SILVA RIBEIRO:

95% de aproveitamento

Certas: 19

Erradas: 1

Anuladas: 0

Resultado: HABILITADA

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Abaira
CNPJ: 13.670.021/0001-66 - Pça João Hipolito Rodrigues
CEP: 46.690-000 Centro Abaira BA

CMDCA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

MARÚCIA ALVES DE ALMEIDA BRITO:

95% de aproveitamento

Certas: 19

Erradas: 1

Anuladas: 0

Resultado: HABILITADA

BÁRBARA OLIVEIRA SANTOS:

90% de aproveitamento

Certas: 18

Erradas: 2

Anuladas: 0

Resultado: HABILITADA

RENATA SILVA:

90% de aproveitamento

Certas: 18

Erradas: 2

Anuladas: 0

Resultado: HABILITADA

ESTELITA COSTA:

90% de aproveitamento

Certas: 18

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Abaira
CNPJ: 13.670.021/0001-66 - Pça João Hipolito Rodrigues s/ nº
CEP: 46.690-000 Centro Abaira BA

CMDCA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Erradas: 2

Anuladas: 0

Resultado: HABILITADA

MARINALVA LEITE DA SILVA:

85% de aproveitamento

Certas: 17

Erradas: 3

Anuladas: 0

Resultado: HABILITADA

PATRÍCIA OLIVEIRA SANTOS:

85% de aproveitamento

Certas: 17

Erradas: 2

Anuladas: 1

Resultado: HABILITADA

LEDIANE LOPES FERREIRA:

80% de aproveitamento

Certas: 16

Erradas: 4

Anuladas: 0

Resultado: HABILITADA

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Abaira
CNPJ: 13.670.021/0001-66 - Pça João Hipolito Rodrigues
CEP: 46.690-000 Centro Abaira BA

CMDCA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

GEIZIANE SANTOS SILVA:

80% de aproveitamento

Certas: 16

Erradas: 4

Anuladas: 0

Resultado: HABILITADA

DANILO RIBEIRO SANTOS:

70% de aproveitamento

Certas: 14

Erradas: 6

Anuladas: 0

Resultado: HABILITADO

VANESSA SOUZA PINA:

60% de aproveitamento

Certas: 12

Erradas: 8

Anuladas: 0

Resultado: HABILITADA

BEATRIZ BATISTA DE SOUZA:

45% de aproveitamento

Certas: 9

Erradas: 11

Anuladas: 0

Resultado: REPROVADA

FÁTIMA ANJOS SANTOS MEDRADO:

45% de aproveitamento

Certas: 9

Erradas: 11

Anuladas: 0

Resultado: REPROVADA

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Abaira
CNPJ: 13.670.021/0001-66 - Pça João Hipolito Rodrigues
CEP: 46.690-000 Centro Abaira BA

CMDCA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

QUESTÃO 1 - Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) Considera-se criança, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
b) Considera-se criança, a pessoa até doze anos de idade completos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
c) Considera-se criança, a pessoa até 10 anos de idade completos, e adolescente aquela entre onze e dezoito anos de idade.
d) Considera-se criança, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e vinte e um anos de idade.

Resposta: A
JUSTIFICATIVA: Art. 2º do ECA: Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

QUESTÃO 2 - A Lei n.º 8069/90, denominada Estatuto da Criança e do Adolescente, pode ser considerada um instrumento de tutela, sendo que as regras estabelecidas por ela podem ser aplicadas (assinale a **CORRETA**):

a) Apenas às crianças e aos adolescentes.
b) Somente às crianças e, excepcionalmente, aos adolescentes.
c) Às crianças e aos adolescentes, mas nunca aos adultos.
d) Excepcionalmente aos adultos com idade entre 18 e 21 anos.

RESPOSTA: D
JUSTIFICATIVA: Parágrafo único do artigo 2º. do ECA: Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

QUESTÃO 3 - Assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata a Lei 8.069/90, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

b) A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

c) Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

d) Na interpretação do Estatuto da Criança e do Adolescente não será levado em consideração a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento, visto tratar-se de seres humanos intelectualmente amadurecidos não necessitando de proteção.

RESPOSTA: D

JUSTIFICATIVA: Art. 6º do ECA: Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

QUESTÃO 4 - Segundo o artigo 15 da Lei 8.069/90 a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) O direito à liberdade compreende, dentre outros aspectos, o de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
b) A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados, podendo, sempre que necessário, ser castigados fisicamente, com o uso de varas e sandálias, desde que não se configure um tratamento cruel ou degradante, podendo ser castigados fisicamente pelos pais ou responsáveis legais, professores ou agentes públicos.
c) O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

d) É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

RESPOSTA: B

JUSTIFICATIVA: Art. 18-A do ECA: A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

QUESTÃO 5 - Conforme o texto do "caput" do artigo 19 do ECA: (assinale a **CORRETA**)

a) É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

b) É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio da família substituta, assegurando-se a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento parcial e incompleto.

c) É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento parcial.

d) É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurando-se a convivência comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento imparcial e incompleto.

RESPOSTA: A

JUSTIFICATIVA: Art. 19 do ECA: É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Abaíra
CNPJ: 13.670.021/0001-66 - Pça João Hipólito Rodrigues s/ nº
CEP: 46.690-000 Centro Abaíra BA

CMDCA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

QUESTÃO 6 - Segundo o artigo 56 do ECA, os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

a) Maus-tratos envolvendo seus alunos e reiteração de faltas injustificadas, apenas.

b) Maus-tratos envolvendo seus alunos; reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares; elevados níveis de repetência.

c) Maus-tratos envolvendo seus alunos e evasão escolar, apenas.

d) Maus-tratos envolvendo seus alunos e elevados níveis de repetência, apenas.

RESPOSTA: B

JUSTIFICATIVA: Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de: I - maus-tratos envolvendo seus alunos; II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares; III - elevados níveis de repetência.

QUESTÃO 7 - Afirma o Art. 75 do ECA que toda criança ou adolescente terá acesso às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária. O Parágrafo único deste mesmo artigo vai estipular que: (Assinale a **CORRETA**)

a) As crianças menores de dez anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsável.

b) As crianças menores de quatorze anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsável.

c) As crianças menores de treze anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsável.

d) As crianças menores de quinze anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsável.

RESPOSTA: A

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Abaíra
CNPJ: 13.670.021/0001-66 - Pça João Hipólito Rodrigues
CEP: 46.690-000 Centro Abaíra BA

CMDCA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

JUSTIFICATIVA: Art. 75 do ECA: Toda criança ou adolescente terá acesso às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária. Parágrafo único: As crianças menores de dez anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsável.

QUESTÃO 8 - Assinale a alternativa **CORRETA**:

a) O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei 8.069/90.

b) O Conselho Tutelar é órgão permanente e dependente, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei 8.069/90.

c) O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na lei 8.069/90.

d) O Conselho Tutelar é órgão permanente e independente, jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei 8.069/90.

RESPOSTA: C

JUSTIFICATIVA: Art. 131 do ECA: O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.

QUESTÃO 9 - Conforme o Art. 136 do ECA é atribuição do Conselho Tutelar, dentre outras coisas:

a) Expedir leis e decretos legislativos.

b) Expedir decretos legislativos e normas internacionais.

c) Expedir notificações.

d) Expedir normas constitucionais, infraconstitucionais e internacionais.

RESPOSTA: C

JUSTIFICATIVA: Art. 136 do ECA: São atribuições do Conselho Tutelar: VII - expedir notificações.

QUESTÃO 10 - Assinale a alternativa **CORRETA**:

a) O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público.

b) O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei estadual e realizado sob a responsabilidade do Conselho Tutelar, sendo facultativa a fiscalização do Ministério Público.

c) O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei federal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dispensada a fiscalização do Ministério Público.

d) O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei infraconstitucional e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo facultativa a fiscalização do Ministério Público.

RESPOSTA: A

JUSTIFICATIVA: Art. 139 do ECA: O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público.

QUESTÃO 11 - São atribuições do Conselho Tutelar, **EXCETO**:

a) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.

b) Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência.

c) Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.

d) Assessorar o Poder Executivo estadual e federal na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

RESPOSTA: D

JUSTIFICATIVA: Art. 136 do ECA: São atribuições do Conselho Tutelar: IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

QUESTÃO 12 - Conforme estabelece o ECA, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.

b) Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato à Defensoria Pública, aos Vereadores e ao Juiz de Direito da Comarca, prestando-lhes informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.

c) Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, ao Prefeito Municipal, aos Vereadores e à Defensoria Pública, prestando-lhes informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.

d) Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, Defensoria Pública, ao Juiz de Direito da Comarca, ao Prefeito Municipal e aos Vereadores, prestando-lhes informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.

RESPOSTA: A

JUSTIFICATIVA: Parágrafo único do artigo 136: Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Abaira
CNPJ: 13.670.021/0001-66 - Pça João Hipolito Rodrigues
CEP: 46.690-000 Centro Abaira BA

CMDCA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

QUESTÃO 13 - Com base na Lei 8.069/90, é proibida a venda à criança ou ao adolescente, **EXCETO**:

a) Armas, munições e explosivos.

b) Livros didáticos de curso superior.

c) Bebidas alcoólicas.

d) Bilhetes de loteria e equivalentes.

RESPOSTA: B

JUSTIFICATIVA: Crianças e adolescentes podem comprar livros didáticos de curso superior. Segundo o artigo Art. 81 do ECA: É proibida a venda à criança ou ao adolescente de: I - armas, munições e explosivos; II - bebidas alcoólicas; III - produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida; IV - fogos de estampido e de artifício, exceto aqueles que pelo seu reduzido potencial sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida; V - revistas e publicações a que alude o art. 78; VI - bilhetes lotéricos e equivalentes.

QUESTÃO 14- Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

São atribuições do Conselho Tutelar:

I - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

II - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto: a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

a) Estão corretas I e II apenas

b) Estão corretas I, II e III

c) Estão corretas I e III apenas

d) Estão corretas II e III apenas

RESPOSTA: B

JUSTIFICATIVA: Art. 136 do ECA: São atribuições do Conselho Tutelar: (...) III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto: a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações. (...) XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural. (...) XII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.

QUESTÃO 15 - Considerando as normas da Lei Federal nº 8.069, de 13/07/1990, assinale a alternativa **CORRETA** sobre o que a referida lei considera ser a admoestação verbal aplicada por autoridade competente.

a) Medida excessiva.

b) Tratamento humilhante e degradante.

c) Advertência.

d) Pena Cruel.

RESPOSTA: C

JUSTIFICATIVA: Art. 112 do ECA: Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I – advertência (...)

Art. 115 do ECA: A advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.

QUESTÃO 16 - De acordo com o ECA (Lei 8.069/90), são medidas específicas de proteção, **EXCETO**:

a) Acolhimento institucional.

b) Abrigo em entidade religiosa, preferencialmente Católica.

c) Encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade.

d) Colocação em família substituta.

RESPOSTA: B

JUSTIFICATIVA: Não existe previsão legal de abrigo em entidade religiosa, preferencialmente Católica; Art. 101 do ECA: Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas: I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; (...)VII - acolhimento institucional; (...) IX - colocação em família substituta.

QUESTÃO 17 - São crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente:

I - Impedir ou embaraçar a ação de autoridade judiciária, membro do Conselho Tutelar ou representante do Ministério Público no exercício de função prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.

II - Vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica.

III - Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente.

IV - Vender, fornecer ainda que gratuitamente ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente fogos de estampido ou de artifício, exceto aqueles que, pelo seu reduzido potencial, sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida.

a) Apenas I está correta.

b) Apenas I, II e III estão corretas.

c) Todas estão erradas.

d) Todas estão corretas.

RESPOSTA: D

JUSTIFICATIVA: Art. 236 do ECA: Impedir ou embaraçar a ação de autoridade judiciária, membro do Conselho Tutelar ou representante do Ministério Público

no exercício de função prevista nesta Lei: Pena - detenção de seis meses a dois anos.

Art. 240 do ECA: Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente: Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

Art. 243 do ECA: Vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica: Pena - detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave.

Art. 244 do ECA: Vender, fornecer ainda que gratuitamente ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente fogos de estampido ou de artifício, exceto aqueles que, pelo seu reduzido potencial, sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida: Pena - detenção de seis meses a dois anos, e multa.

QUESTÃO 18 - Assinale a única alternativa **INCORRETA**:

a) É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

b) As famílias com crianças e adolescentes com deficiência terão prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção.

c) É permitida a venda de bilhetes lotéricos aos adolescentes, vedado, contudo, a comercialização às crianças.

d) As revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes deverão ser comercializadas em embalagem lacrada, com a advertência de seu conteúdo.

RESPOSTA: C

JUSTIFICATIVA: Art. 81 do ECA: É proibida a venda à criança ou ao adolescente de: VI - bilhetes lotéricos e equivalentes.

QUESTÃO 19 - Assinale a única alternativa **CORRETA**:

a) A Lei 8.069/90 dispõe sobre a proteção incompleta à criança e ao adolescente.

b) A Lei 8.069/90 dispõe sobre a proteção parcial à criança e ao adolescente.

c) A Lei 8.069/90 dispõe sobre a proteção mínima à criança e ao adolescente.

d) A Lei 8.069/90 dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

RESPOSTA: D

JUSTIFICATIVA: Art. 1º do ECA: Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

QUESTÃO 20 - Considerando as normas da Lei Federal nº 8.069, de 13/07/1990, assinale a alternativa **CORRETA** sobre como é considerada a conduta descrita como crime se praticada por criança ou adolescente.

a) Crime de menor potencial ofensivo.
b) Contravenção penal.
c) Ato infracional.
d) Crime hediondo.

RESPOSTA: C

JUSTIFICATIVA: Art. 103 do ECA: Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.